

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Estado de São Paulo

Class.:

66

Data:

25.09.81

Pg.:

Cimi alerta a Funai em Minas

Da sucursal de
BRASÍLIA

A direção do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — denunciou em Brasília que os índios crenaques estão sendo ameaçados de ser expulsos de suas terras pela terceira vez. No último dia 18, o juiz da comarca de Resplendor, em Minas Gerais, determinou a expedição do mandato de reintegração de posse em favor do fazendeiro Balbino Laignier, e agora, caso a Funai não tome uma providência, o Cimi afirma que os índios ficarão confinados a uma área de 13 alqueires, insuficientes para abrigar a comunidade.

Os crenaques foram transferidos de suas terras pela primeira vez em 1957 pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio para a reserva dos índios Maxacali. Os índios não se conformaram com a transferência e retornaram a pé para sua antiga reserva numa caminhada que durou um ano. Em 1972, a Funai decidiu vender a área ocupada pelos crenaques, recebendo em troca a fazenda Guarani. Os índios foram transferidos novamente para a fazenda da Funai, mas no ano passado retornaram às suas terras de origem, que agora estão ocupadas por 59 fazendeiros.

A comunidade indígena vive no Vale do Rio Doce e quase foi exterminada com a expansão da sociedade nacional, sobretudo no século XIX e início do século XX.

FUNAI NÃO TEME

A assessoria do presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, afirmou ontem que os dirigentes da fundação não temem as acusações feitas pelos deputados Antônio Carlos de Oliveira (PT-MS) e Modesto da Silveira (PMDB-RJ) envolvendo a compra de um prédio pela Funai no setor de indústria e abastecimento em Brasília. Os deputados acusaram de corrupção do presidente da fundação, afirmando que o prédio foi adquirido sem licitação, por Cr\$ 111 milhões, numa área destinada ao funcionamento de indústrias e não de um órgão de governo. Os mesmos deputados afirmaram que logo após a transação, o coronel comprou no Rio de Janeiro um imóvel no valor de Cr\$ 29 milhões, na rua Delfim Moreira.

A Funai afirmou ter recebido autorização do governo do Distrito Federal para funcionar no setor de indústria, depois de terem falhado as tentativas de encontrar um prédio em condições de abrigar todos os departamentos do órgão que funcionam em Brasília. A Funai pagou à proprietária do imóvel — a Participação e Administração Ltda — com um lote destinado à fundação pela Terracap e o restante da dívida com recursos próprios.

O deputado Antonio Carlos de Oliveira afirmou que logo após a compra, o coronel Nobre da Veiga determinou uma reforma no prédio que custou Cr\$ 115 milhões, embora outras empresas que se habilitaram na concorrência tivessem apresentado um preço bem mais baixo.

Os assessores da Funai ficaram irritados com as acusações feitas ao coronel e disseram que o órgão vai exigir que sejam comprovadas as denúncias de corrupção. Esses assessores afirmam que muitas pessoas denunciam corrupção na Funai mas depois a fundação não tem condições de se defender. Foi citado como exemplo o depoimento feito pelo cacique xavante João Babatirí, na Câmara dos Deputados que acusou os coronéis da Funai de corrupção. Quando a fundação foi à Câmara buscar as fitas e as notas taquigráficas, elas tinham sumido.